Considerando que o Governo da Republica não pode, sem quebra dos seus principios democraticos, perfilhar a orientação conservadora que caracteriza muitas das disposições da reforma de 1898 e mais legislação que se lhe seguiu sobre o funcionamento do antigo Theatro de D. Maria II, mormente na parte respeitante á acceitação ou rejeição dos originaes portuguezes, em que desaparece quasi a responsabilidade d'aquelles que superintendem em tal assunto;

Considerando que tal orientação é sensivelmente mais retrogada do que a consignada no regulamento para a leitura, censura e representação das peças dramaticas, de 30 de junho de 1846, annexo ao decreto de 28 de outubro de 1847, referendado por Antonio de Azevedo Mello e Carvalho;

Considerando que não obstante a directa intervenção do Conselho de Arte Dramatica e dos commissarios do Governo junto do Theatro Nacional, que teem emitido pareceres sobre a legislação concernente ao seu funcionamento, a decadencia do theatro, principalmente desde 1898, se accentuou gradualmente, e apesar dos auxilios pecuniarios do Governo, até chegar á situação, tão lamentavel como insustentavel, de quasi o não frequentar o publico, o que os balancetes trimestraes da receita cabalmente demonstram;

Considerando que no relatório dos delegados da Associação de Classe dos Artistas Dramaticos no grande congresso nacional reunido em Lisboa em 1909, ao passo que se recorda a frase de Garrett de que «o theatro é a expressão fiel da civilização de uma época», se afirma igualmente que «a legislação sobre theatro é ainda um chaos perfeito e um producto da falta de legislação condigna»;

Considerando que uma das principaes causas da lamentavel decadencia do Theatro Normal é, na opinião de todos, resultante do systematico abandono a que o votaram alguns dos melhores artistas dramaticos, já consagrados pelo publico, os quaes preferem exhibir-se noutras casas de espectaculo a sujeitar-se ao regime promulgado em 5 de novembro de 1909, actualmente em vigor;

Considerando que é absolutamente necessario estabelecer entre os autores, os artistas e o publico uma corrente de sentimentos sãos, de maneira que se congreguem os esforços de todos num sincero e honesto desejo de promover a educação do publico e o lustre da literatura e da arte dramatica, sem o que são inuteis quaesquer esforços para restaurar o prestigio do Theatro Nacional e improuficua a protecção que lhe dispensar o Governo.

Considerando que o fundo de garantia, a que se refere o artigo 10.º do decreto organico de 5 de novembro de 1909, inicialmente constituído pela verba de 12:000\$000 réis, se esgotou em menos de dois annos sem proveito apreciavel para a arte, em geral, e para a literatura dramatica, em particular, e ainda sem corresponder, nos termos da alinea c) do citado artigo 10.º, a quaesquer melhoramentos materiaes aconselhados pelos progressos da arte scenica ou a quaesquer outros de que a decoração do edificio e o seu material instantaneamente carecem;

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro do Interior:

Que uma comissão composta do director geral de instrucção secundaria, superior e especial; de um representante da Associação de Classe dos Autores Dramaticos; de um representante da Associação de Classe dos Artistas Dramaticos; de um representante da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras; e dos Srs.: Faustino da Fonseca, escritor publico e socio da Academia das Sciencias; Carlos Posser, societario de 1.ª classe reformado e ex-gerente do antigo Theatro de D. Maria II; Christiano de Sousa, actor-ensaiador e director de scena; Manuel Emidio Garcia, advogado; Bento Mantua, escritor dramatico e funcionario do Ministerio das Finanças; Affonso Gayo e Bento Faria, escritores dramaticos, averigue das causas da decadencia do theatro portuguez e, em especial, apresente ao Governo os alvires que julgar convenientes para, numa salutar e rapida reforma do Theatro Nacional Almeida Garrett, se acautelarem eficazmente, e de vez, tanto quanto possivel, os legitimos interesses da arte, da literatura nacional e dos artistas dramaticos portuguezes.

Esta comissão, da qual será presidente o director geral da instrucção secundaria, superior e especial, considerou-se desde já installada e iniciará os seus trabalhos regularmente no dia 20 do corrente numa das ante-camaras do salão nobre do Theatro Nacional Almeida Garrett, podendo requisitar directamente todos os documentos de que careça para o bom desempenho do seu mandato.

Paços do Governo da Republica, em 13 de fevereiro de 1911. — O Ministro do Interior, Antonio José de Almeida.

Tendo sido enviada a este Ministerio uma representação das autoridades e comissões administrativas e politicas de Manteigas, na qual se expõe em impressionantes frases a precaria situação sanitaria d'aquella villa;

Considerando que o concelho de Manteigas tem sido duramente experimentado por successivas epidemias, e ainda ultimamente por uma forte epidemia de febre typhoide, que entre as suas victimas conta a do proprio medico municipal;

Considerando que as informações officiaes, colhidas por este Ministerio, nos dizem que esta epidemia tende a recrudescer;

Considerando ainda que ao Governo da Republica me-

recem especial cuidado todos os assuntos que interessam á saude publica, e que o concelho de Manteigas se encontra absolutamente desprovido de meios de defesa sanitaria, apesar de terem sido reclamados por diversas vezes antes da proclamação da Republica;

Considerando que é urgente prestar o auxilio pedido e que os laboratorios de microbiologia e hygiene da faculdade de medicina possuem todos os recursos necessarios na presente conjuntura;

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que seja nomeada uma comissão composta: do chefe de trabalhos praticos no laboratorio de microbiologia da Universidade de Coimbra, Charles Lepierre, e do preparador do mesmo laboratorio, o licenciado Alberto dos Santos Nogueira Lobo, para estudar as condições etiologicas locais d'esta epidemia, propor ao Governo as medidas mais efficazes para que a villa de Manteigas fique de futuro, tanto quanto possivel, ao abrigo de novos assaltos epidemicos, e ainda propôr desde já, de accordo com o respectivo sub-delegado de saude, tudo o que de momento for realizavel para se iniciar o combate contra a epidemia.

Para a execução d'este objectivo podem os commissarios utilizar os laboratorios acima citados, para nelles se realizarem todas as analyses chemicas e bacteriologicas que forem indispensaveis ao completo esclarecimento d'este problema sanitario, devendo o respectivo relatório ser enviado a este Ministerio com a urgencia natural em casos d'esta ordem.

Paços do Governo da Republica, em 13 de fevereiro de 1911. — O Ministro do Interior, Antonio José de Almeida.

3.ª Repartição

Por decreto de hoje:

Antonio Carneiro Junior — nomeado, na qualidade de professor interino, para a regencia do curso paralelo da cadeira de desenho da Academia Portuense de Bellas Artes, sendo-lhe arbitrada remuneração de 75 por cento da do professor proprietario a pagar pela secção 2.ª do artigo 71.º da tabella da despesa.

Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial, em 13 de fevereiro de 1911. — O Director Geral, Angelo da Fonseca.

Declara-se, para os devidos efeitos, que o decreto de 6 do corrente publicado no *Diario do Governo* n.º 30, de 7, que nomeou Baltasar Augusto Ribeiro para o cargo de professor do 6.º grupo do Lyceu Central de Viseu, tem o visto do Tribunal de Contas de 9 do corrente.

Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial, em 11 de fevereiro de 1911. — O Director Geral, Angelo da Fonseca.

MINISTERIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral da Justiça

1.ª Repartição

Despachos effectuados nas datas seguintes

Fevereiro 10

Exonerado o juiz de paz do districto do Milharado, comarca de Mafra, e nomeado para este logar Dionisio Antonio Gonçalves.

Exonerado o juiz de paz do districto de Villa Verde, comarca do mesmo nome, e nomeado para este logar João Ribeiro Velloso.

Exonerado o juiz de paz do districto do Eixo, comarca de Aveiro, e nomeado para este logar Aristides Dias de Figueiredo.

Relação n.º 2-296, com referencia ao districto do Lisboa, dos títulos de renda vitalicia que se remetem pela Direcção Geral da Contabilidade Publica ao delegado do thesoure no dito districto, a fim de serem entregues aos interessados, na conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pagos pelo respectivo cofre central.

Numero dos títulos	Referencia ao assentamento geral que existe na referida direcção		Vencimento liquido a que tem direito	Observações
	Titulo do livro	Sen numero		
16:639	Pensões	55 Sebastião Lopes	73\$000	10 de novembro de 1910
16:640	"	55 Manuel Nunes Gouveia	73\$000	"
16:641	"	55 Manuel Henrique Pinto	73\$000	"
16:642	"	55 Emidio Augusto Coelho Flor	73\$000	"
16:643	"	55 Alfredo Martins	73\$000	"
16:644	"	55 Adelino José das Neves Coelho	73\$000	"
16:645	"	55 Ramiro dos Reis	73\$000	"
16:646	"	55 Eduardo Rodrigues da Costa	73\$000	"
16:647	"	55 João de Sousa Martins Cabrita	73\$000	"
16:648	"	55 Antonio Branco	73\$000	"
16:649	"	55 Antonio da Silva Amaral	55\$000	4\$583
16:650	"	55 Manuel Artur Novaes Rodrigues	55\$000	4\$583
16:651	"	55 Antonio Marcellino	55\$ 00	4\$583
16:652	"	55 Victorino dos Santos Trindade	55\$000	4\$583
16:653	"	55 Luis Marques do Adro	55\$000	4\$583
16:654	"	55 Luis Sequeira	36\$000	3\$000

Direcção Geral da Contabilidade Publica, em 13 do fevereiro de 1911. — O Director Geral, André Navarro.

Exonerados o juiz de paz e substitutos do districto de Maiorca, comarca da Figueira da Foz, e nomeados respectivamente para juiz de paz e substituto Joaquim Roque Mundo e José Maria Valente.

Exonerado o juiz de paz da Barquinha, comarca de Thomar, e nomeados juiz de paz e substituto do mesmo districto, respectivamente, Manuel Luis de Carvalho Gonçalves e Elisio Gomes.

Exonerado, como requereu, o substituto do juiz de paz do districto de Ilhavo, comarca de Aveiro, e nomeado para este logar Henrique Cardoso Figueira.

Exonerados os substitutos dos juizes de paz dos districtos de Campello e Gestação, comarca de Baião, e nomeados, respectivamente, para estes districtos Antonio Pinto de Miranda Neves e Justino Cerqueira.

Exonerado o substituto do juiz de paz do districto de Duas Igrejas, comarca de Villa Verde, e nomeado para este logar Antonio José de Amorim.

Exonerado o official de diligencias do districto de paz de Santa Marinha do Zezere, comarca de Baião, e nomeado para este logar Manuel Pereira Soares.

Fevereiro 13

Bacharel José Monteiro de Freitas Junior, exonerado, como requereu, de ajudante do escrivão-notario da comarca de Amarante Antonio Celestino de Vasconcellos.

Licença

Sebastião Alves de Brito, escrivão-notario da comarca de Vianna do Castello — trinta dias, por motivo de doença.

Direcção Geral da Justiça, 13 de fevereiro de 1911. — O Director Geral, Germano Martins.

MINISTERIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Publica

Repartição Central

Decreto expedido por esta Direcção Geral em 11 do corrente

João Ferreira Taborda, distribuidor rural da estação telegrapho-postal do Fundão — concedida aposentação extraordinaria, proposta pelo Ministerio do Fomento, com a pensão annual de 90\$000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de julho de 1886 e do § 6.º do artigo 73.º da carta de lei de 9 de setembro de 1908. (Visto do Tribunal de Contas em 13 de fevereiro de 1911).

Direcção Geral da Contabilidade Publica, em 13 de fevereiro de 1911. — O Director Geral, André Navarro.

2.ª Repartição

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber, em nome da Republica, e com fundamento no § unico do artigo 20.º da lei de 20 de março de 1907, e no n.º 5.º do artigo 25.º da de 9 de setembro de 1908, se decretou o seguinte:

É effectuada a transferencia, devidamente registada na Direcção Geral da Contabilidade Publica, da quantia de 2:200\$000 réis do artigo 122.º do capitulo 11.º, para o artigo 93.º do mesmo capitulo da tabella da despesa, que provisoriamente vigora no Ministerio das Finanças no actual anno economico.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 11 de fevereiro de 1911. — Joaquim Theophilo Braga — Antonio José de Almeida — Affonso Costa — José Relvas — Antonio Xavier Correia Barreto — Amaro de Azevedo Gomes — Bernardino Machado — Manuel de Brito Camacho.